



Anais da Assembléia

N° 88

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 72.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1989.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzato, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes e Sabino Campos (30).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputado Orlando Pessuti, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namiir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Renato Adur, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert, (24).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2084

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada preferência de votação ao Projeto de Lei n. 251/89, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.10.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2082

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações à Jornalista Sônia Regina Nassar e ao Jornal Tribuna do Paraná.

No dia 10 de outubro próximo passado, a Jornalista Sônia Nassar, em conjunto com o Jornal Tribuna do Paraná, realizaram a 1.^a edição da entrega do Troféu "Plumas e Paetês", dirigido aos destaques do ano na crônica esportiva, na rádio, televisão e jornal, premiando os melhores programas esportivos do rádio e TV, homenageando, também, os dirigentes esportivos.

O evento, realizado no Buffet Ilha do Mel, nesta Capital foi um grande sucesso, alcançando e, inclusive, superando mesmo, os objetivos preconizados pela organizadora, Jornalista Sônia Nassar, que assina, semanalmente a coluna "Plumas e Paetês" no Jornal Tribuna do Paraná, às segundas-feiras.

A data marcou também o aniversário dos 19 anos de atividade jornalística no setor esportivo da Sônia Nassar que participa, na televisão do programa Viva a Bola, que vai ao ar, diariamente, pela TV Curitiba.

Queremos, através desta homenagem, associar-nos às demais manifestações de apreço à amiga Sônia Nassar, pela comemoração de quase duas décadas de trabalho jornalístico sério e competente, cumprimentando-a pelo sucesso obtido nessa empreitada "Troféu Plumas e Paetês" que leva a sua assinatura.

A imprensa esportiva paranaense é realmente privilegiada em contar com o brilhantismo e dinamismo de Ônia Nassar.

Também à Tribuna do Paraná, queremos expressar nossos cumprimentos pela promoção do evento em voga que, sem dúvida, entrará para a história do jornalismo paranaense.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, que após consultado o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando imediatas providências para a criação e implantação de novas Varas Cíveis e Criminais na Comarca de Pato Branco, no intuito de garantir o atendimento do enorme acervo de processos em tramitação.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

É caótica a situação que atravessa o Poder Judiciário na Comarca de Pato Branco. Constituída de uma Vara Cível, onde tramitam mais de 3.500 processos e de uma Vara de Família e Menores, que cuida de outros 1000 processos, é notório, não tem as mínimas condições de operar a justiça.

Não obstante se tenha, inaugurado, há pouco tempo instalações novas do Fórum local, fatam-lhe agora material de expediente, mesas, máquinas, servidores, sem contar, é notório, a urgente necessidade de criação e implantação de novas Varas Cíveis e Criminais.

REQUERIMENTO N° 2077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a recuperação da PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA PR-458, TRECHO QUE INTERLIGA OS MUNICÍPIOS DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ATALAIA, FLÓRIDA E SANTA FÉ.

O PRESENTE PEDIDO PRENDE-SE AO FATO DE QUE O REFERIDO TRECHO ENCONTRA-SE EM ESTADO BASTANTE PRECÁRIO, DIFICULTANDO O TRÂNSITO de qualquer tipo de veículo, causando sérios prejuízos aos produtores no escoamento de sua produção aos centros consumidores.

Assim, temos certeza de que a Secretaria dos Transportes se empenhará no aten-

dimento desta justa reivindicação daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Diretor-Geral do 9° Distrito Rodoviário - D.N.E.R./PR., objetivando a recuperação da pavimentação asfáltica da BR-277 (pista lado direito) trecho Curitiba/Campo Largo.

O presente pedido prende-se ao fato de que a pista do lado direito da rodovia, sentido Curitiba/Campo Largo encontra-se em precárias condições, gerando enormes problemas para toda a população que trafega pelo local.

Assim sendo, visando maior segurança aos que utilizam o referido trecho, solicitamos ao Senhor Diretor-Geral do 9° DR. do DNER/PR. que tome as medidas cabíveis com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 2080

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, ao Secretário de Estado da Comunicação Social, jornalista Fábio Campana, ao Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Jorge Hauly, externando votos de aplausos, pela conquista do Prêmio Homem de Marketing 89, escolhido pela conceituada revista MARKETING, editada em São Paulo, com circulação nacional, ao eminente jornalista Dorival Vianna.

Requerem, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Ilustre homenageado.

Sala das Sessões, 12.10.89.

(aa) ANIBAL KHURY, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LAURO LOBO ALCANTARA, ARTAGAO MATTOS LEAO, LINDOLFO JÚNIOR, ANTÔNIO COSTENARO NETO, ORLANDO PESSUTI, CÂNDIDO BASTOS, TADEU LÚCIO MACHADO, JOSÉ FELINTO, JOSÉ AFONSO JÚNIOR, CAÍTO QUINTANA, PIRAJÁ FERREIRA, ANTÔNIO ANNIBELLI, WERNER WANDERER E RENATO ADUR.

JUSTIFICATIVA:

Bastaria mencionar a instituição a qual o jornalista Dorival Vianna, escolhido "Homem de Marketing 1989", vem prestando seus importantes serviços, para justificar os votos de aplausos; enfim, a home-

nagem que ora propomos. Indentificado e reconhecido pela sociedade paranaense como agente financiador de investimentos sociais de inquestionável importância, o Banco do Estado do Paraná, graças a "competência profissional" de Dorival Vianna, na área de comunicação, deu um salto qualitativo surpreendente: de 12º banco no Marketing nacional, o BANESTADO pulou para o 7º lugar, conquistando o cobiçado segundo lugar entre os bancos estaduais, só perdendo para o BANESPA, este último representando o Estado mais rico do país.

Esta homenagem extrapola o caráter meramente promocional do jornalista recém-premiado pela revista Marketing, mesmo porque a excelente performance exibida pelo BANESTADO nos últimos anos traduz, antes de tudo, a resposta e o reconhecimento dos paranaenses diante dos significativos serviços prestados pelo BANESTADO a sua gente, através de programas como o Gralha Azul, Gecon, Gedep e Galerias de Artes Banestado.

Move-nos a certeza de que por trás do gigantismo do BANESTADO - através do aumento progressivo de suas agências e clientes no Estado e fora dele, oferecendo 146 diferentes produtos está a contribuição inestimável do Coordenador de Marketing, do homem da comunicação e, sobretudo, do grande profissional e ser humano que é o jornalista Dorival Vianna.

E, demais, por prestar serviços a uma instituição ligada ao governo, o "Homem de Marketing 1989", é peça fundamental na veiculação de uma boa imagem do próprio Paraná para o resto do País. Isso interessa a todos os paranaenses.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 058/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O quadro de pessoal efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a ser o desta Resolução:

Art. 2º - A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem; as respectivas séries e os vencimentos básicos são os definidos nos Anexos I, II, III, IV e V, desta Resolução:

Parágrafo Único - As atribuições dos cargos serão definidas por Decreto Legislativo.

Art. 3º - O acesso vertical, dentro da respectiva carreira, dar-se-á por promoção, atendidos os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, ficando vedada a transferência de carreira, cujas vagas iniciais somente poderão ser promovidas através concurso público.

Parágrafo Único - Para efeito de promoção por antiguidade ou merecimento, prevalecerá o tempo de serviço na classe anterior.

Art. 4º - Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A" e "B", portadores de Diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados no cargo de Consultor Legislativo "A".

I - Os Consultores Legislativo "C" e "D" portadores de Diploma de Bacharel em Direito, ficam classificados no Cargo de Consultor Legislativo "B".

Art. 5º - Os atuais ocupantes do cargo de Consultor Legislativo "A" e "B", portadores de Diplomas de Curso Superior que não os definidos no artigo anterior, ficam classificados no Cargo de Consultor Técnico "A".

I - Os Consultores Legislativos "C" e "B", portadores de Diploma de Curso Universitário definidos no "caput" deste artigo, ficam classificados no Cargo de Consultor Técnico "B".

Art. 6º - Os atuais ocupantes dos Cargos de Médico "A" e "B", e Dentista "A" e "B", ficam classificados nos Cargos de Consultor Técnico "A".

I - Os ocupantes dos Cargos de Médico "C" e Dentista "C", ficam classificados no cargo de Consultor Técnico "B".

Art. 7º - Os atuais ocupantes do Cargo de Jornalista "A" e Redator "C", ficam classificados no Cargo de Consultor Técnico "B".

Art. 8º - Os atuais ocupantes do Cargo de Taquígrafo "A" e "B", ficam classificados no Cargo de Taquígrafo.

Art. 9º - Os atuais ocupantes do Cargo de Técnico Legislativo ficam classificados no Cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 10º - A Comissão Executiva, através de Decreto Legislativo, promoverá dentro de trinta dias, o enquadramento dos funcionários do Quadro de Pessoal à sistemática ora instituída, na forma do disposto nesta Resolução.

Art. 11º - Os ocupantes do Cargo de Procurador do Poder Legislativo terão vencimentos, vantagens, vedações e impedimentos dos ocupantes do Cargo de Procurador de Justiça, integrante do Ministério Público, de acordo com o princípio do artigo 39, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 12 - Para o ingresso nos cargos iniciais para as quais se exija nível universitário, será realizado concurso público com banca examinadora composta por cinco membros, sendo três escolhidos dentre os Diretores da Assembléia Legislativa, um representante do órgão de classe da área específica do Concurso e um Membro indicado pela Comissão Executiva.

Art. 13 - As vagas remanescentes decorrentes do enquadramento de pessoal, se-

rão extintas ao vagarem, até o número de vagas estabelecida no Anexo I.

Art. 14 - O servidor promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais; após 05 (cinco) anos de serviço, mais dois por cento na referência II; após 10 (dez) anos mais quatro por cento, na Referência III e após 15 (quinze) anos mais seis por cento na referência IV.

Art. 15 - Os dispositivos desta Resolução aplicam-se ao pessoal inativo.

Art. 16 - As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta do Orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 17 - Esta Resolução entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 265/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Professor JOAO BARROS ANDRADE.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

É com o coração invadido por alegria ímpar, que trazemos à apreciação deste Augusto Plenário, o projeto de lei que concede o Título de Cidadania Honorária ao inclito Professor João Barros Andrade.

De origem humilde, teve sua infância e juventude muito sacrificadas e laboriosas, das quais até hoje, conserva marcas indeléveis. Com muita luta realizou seus estudos. Solteiro passou sua adolescência e juventude com muitas privações, porém, sempre se destacou pela inteligência e vivacidade com que pautou sua existência.

Tomou, então, a decisão de dedicar sua vida e fundar colégios, para que os brasileiros não tivessem problemas para seguir carreira.

Nascido aos 06 dias do mês de abril em 1917, na Cidade de Três Pontas, no Estado de Minas Gerais, onde viveu sua infância e juventude.

É casado com a Senhora Amélia Augusta e desta união Deus lhe deu 07 filhos: Augusta, Antonio, Alice, Eunice, Maria, Lázara e José.

Mudou-se para Mandaguari, onde iniciou sua caminhada em prol da educação em nosso Paraná. Em 1967, fundou o primeiro Colégio

São Vicente Pallotti- Ensino Supletivo, por sinal o pioneiro da categoria no Paraná, mais tarde estendeu-se até Maringá contando com Ensino Supletivo e Regular; depois, em Ponta Grossa, fundou o colégio São Vicente Pallotti, com ensino Supletivo e Regular, chegando finalmente, a Curitiba com o Ensino Supletivo e Regular nos Colégios São Vicente Pallotti e Kennedy, e mais, com o Ensino Supletivo no Colégio Paulo VI e com Ensino Regular no Colégio Guadalupe.

Não contente, estendeu-se até Brasília onde fundou o Colégio Alvorada com o Ensino e 1º e 2º Graus Regular. Não satisfeito ainda, fundou as seguintes Faculdades com seus respectivos cursos: em Ponta Grossa, Faculdade Cristo Rei, com os cursos de Administração de Empresas, com ênfase em Análise de Sistema; em Brasília, a Faculdade Alvorada, com os cursos de Educação Física e Tecnólogo em Processamento de Dados; em Curitiba, temos a FADEPS- Faculdade de Ciências, Contabilidade e Administração Professor de Plácido e Silva, com os cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis e Análise de Sistema; e por último a Faculdade Versalhes, que neste segundo semestre realizou o primeiro vestibular com o curso de Letras.

Os 12.000 alunos das doze entidades entre Colégios e Faculdades do Grupo do Professor Andrade e também o Paraná, devem muito a este grande homem, que muitas vezes em detrimento de sua força física, humana e familiar, devotou ao Paraná um interesse todo especial para a educação e o crescimento deste Estado.

Em sendo assim, rogamos aos nossos Países, que assim como nós, vejamos o quanto esse homem é útil ao nosso Estado e o homenageamos com a comenda significativa de nossa tradição, concedendo-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lido o expediente. Não havendo oradores no Pequeno Expediente, passamos de imediato para o Grande Expediente. Como não há nenhum Deputado inscrito, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PL se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PDC se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PTN se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PRN se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PRP se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina.

Consulta à Liderança do PSDB se deseja fazer uso do seu Horário.

Declina

Consulta à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até quando estaremos vivendo o contraditório, o distante e oposto àquilo que nós próprios, investidos como Constituintes, encarregamo-nos de escrever, refletindo o desejo da nossa população?

Até quando estaremos vendo o cumprimento à Constituição distante da realidade da criança e do jovem no Brasil. Falamos hoje da criança - e há tantos outros tipos de marginalização a serem abordados - porque hoje, 12 de outubro é o DIA DA CRIANÇA.

Nossa Constituição, orientada pelos princípios universais de respeito à vida, é simétrica à Declaração dos Direitos do Homem, e, no tocante à questão da criança, concorre com as normas estabelecidas pelo UNICEF, FUNDO INTERNACIONAL DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO À INFÂNCIA, organismo das Nações Unidas, para a política da criança.

São da UNICEF, os dados levantados através de pesquisas, em conjunto com o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a respeito da condição de vida das crianças brasileiras.

Quanto ao trabalho: entre 10 e 14 anos, ele é proibido por lei. No entanto, 18,3% das crianças trabalham. O que significa 10 milhões de menores trabalhando, diariamente, como mão-de-obra desqualifi-

cada, oriunda dos segmentos mais pobres da população.

A denúncia é de que 10 milhões de crianças estão, entre 10 e 14 anos, trabalhando ilegalmente, sem carteira assinada, sem estudar, para colaborar no orçamento familiar.

Entre 10 e 17 anos, 30% das crianças trabalham, também como mão-de-obra desqualificada. Nesse segmento, apenas 26, 4% tem carteira assinada. Desses, 42,9% estão na agricultura, prestação de serviços e indústrias.

É preciso observar, também, que nessa faixa, a maioria das mulheres empregadas, estão trabalhando como domésticas e 23,8% delas estão na agropecuária e recebem, por mês, cerca de 20% de um salário-mínimo.

Quanto à habitação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de cada 100 crianças, 62 vivem em ambientes contaminados, sem condição adequada de saneamento básico (água e esgoto). Dentre essas cem, 84 estão no nordeste. Dos 57 milhões de crianças e adolescentes, 85% (48 milhões e 450 mil) vivem em famílias, cuja renda per capita chega a até dois salários-mínimos.

Desse total, 24 milhões vivem em famílias que obtêm, por mês, 1/2 salário-mínimo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Brasil tem 30% de trabalhadores infantes que não ganham nada, a nível de remuneração monetária, que, geralmente é substituída por roupas velhas, alimentação e casa.

No meio de tanta injustiça e desigualdade, mais uma passa indiferente: as meninas ganham menos, mesmo por desenvolverem funções idênticas.

Na faixa dos que ganham até 20% do salário-mínimo, as meninas são o dobro dos garotos e são, também, a metade da faixa dos que ganham até dois salários-mínimos.

Resumindo esse gráfico, nobres Deputados, quanto menor salário, maior participação das meninas no trabalho infantil.

As crianças brasileiras estão divididas em 03 grupos: as que só estudam (66,5%), as que só trabalham (11,8%) e as que estudam e trabalham, (13,6%).

O analfabetismo, seqüela inseparável do subdesenvolvimento, da irresponsabilidade política e da má gestão do país, também aparece com destaque na pesquisa do INICEF.

Entre as crianças, em 1981, 31,7% eram analfabetas e, 1986, 33,8% não sabiam ler. Há dez anos, 40% entre 10 e 17 anos trabalhavam e não ganhavam nada como salário.

A força de trabalho brasileira, cerca de 56 milhões de trabalhadores, conta com 10% de jovens.

Do total de crianças até 01 ano, 60,2%

habitam locais comprometidos, sujeitos à contaminação, com saneamento inadequado.

Na área rural esse índice é de espantoso 92,8% e, na área urbana, de 44,7%, quase a metade da população.

Noventa e dois por cento das crianças até 1 ano, provêm de famílias com renda até 25% do salário-mínimo. De cada 10, neste segmento, nove estão ameaçadas por contaminação.

No Nordeste, 84,6% dos domicílios são inadequados e o problema é mais grave na área rural, onde apenas 2% das crianças estão livres de epidemias.

No sudeste, o índice levantado acima é de 35% de domicílios.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Como vemos, a realidade brasileira está bem distante do proposto pela nossa Constituição.

Se formos cumpri-la, no entanto, não será fácil encontrar lugar para prender a todos aqueles que respondem com uma parcela de culpa por tudo isso.

A questão do menor carente, 36 milhões, em todo o Brasil, deve ser olhada e analisada, contudo, por outro ângulo. Se existem menores carentes e abandonados, é em consequência dos baixos salários e das indignas condições de vida que esse "colosso" chamado Brasil tem possibilitado aos seus filhos.

"Em se plantando, tudo dá", disseram os colonizadores. E a miséria, a marginalização e a injustiça, plantadas em solo fértil, germinaram, cresceram e suas raízes são tão profundas quanto complexas são as suas consequências.

Toda e qualquer campanha em defesa da criança carente do Brasil vai ter sempre, no fundo, uma conotação de solução paliativa, pois o problema só será efetivamente resolvido, quando a questão fundamental da distribuição da renda for solucionada.

Nesta terra de dimensões continentais, confundem-se, brigam, contradizem-se, o Brasil da fome, o do latifúndio, o das minorias, o dos omissos, o da denúncia e o Brasil dos coniventes.

O Brasil dos coniventes que, mesmo com a real oportunidade de encaminhar a transformação social do país, através de uma eleição democrática, apostam suas cartas sobre o atraso e ultrapassado.

Assim como temos a certeza de que o Brasil como está não pode ficar, que os 36 milhões de menores carentes jogados nas ruas e balcões do malfadado capitalismo tupiniquim estão predestinados a transformar-se de marginalizados em marginais, vítimas do descaso, da negligência e da omissão, que nossa própria Constituição propõe-se a combater, cultivo a certeza de que a resposta positiva aos desígnios do futuro e crescimento justo do Brasil

passam pela transformação do país através dos bancos escolares.

A escola que não se resume ao repasse mero de conhecimento e fórmulas, mas, a escola, encarregada de preparar cidadãos para a vida. Assistir a criança desde o ventre materno, até sua escolarização e formação para o trabalho qualificado, longe da exploração daqueles que sobre a miséria auferem lucros estratosféricos.

Destinar quarenta e seis por cento do orçamento, anualmente para a educação. Constituir 6.302 estabelecimentos de ensino, em 04 anos, tornando real o lema, "nenhuma criança sem escola".

Construir 500 Centros Integrados de Educação Pública, com capacidade, cada um, de até mil alunos.

Tudo isso, Senhores Deputados, foram passos dados contra a atual realidade do país. Foram passos dados no sentido inverso ao atestado pela pesquisa UNICEF-IBGE. Foram passos dados contra o atraso e a miséria, rumo ao desenvolvimento.

E eles tiveram a razão nos ideais de um governante, Leonel de Moura Brizola. A criança pobre, nascida em Cruzinha, no Rio Grande, que foi jardineiro, engraxate, açougueiro, lavador de pratos, e conseguiu, sozinho, formar-se em engenharia.

Sofreu incompreensões, e o que nos anima, é que elas sempre vêm da direção dos responsáveis pelo atraso, vêm da direção dos que colaboraram, exatamente, para tornar realidade, os dados do UNICEF.

Há quase um mês das eleições presidenciais que podem significar importantes mudanças para o Brasil, comemora-se Dia da Criança. E em meio à contradição entre o real e o ideal, vemos uma possibilidade concreta de trabalhar pela reconstrução do país.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Não é por acaso que a solução dos problemas levantados aqui, confundiram-se com a vida pública de Brizola. Eu desafio, qualquer outro governante do país a destinar mais de 40% do orçamento anual em educação, como Brizola fez no Rio de Janeiro.

Nas mãos do povo brasileiro esta a chave para abertura da porta para o século XXI. Poderemos passar a caminhar para o crescimento para o fim da miséria, da desigualdade, da disparidade. Ou poderemos continuar no paradoxo do Brasil, 7.^a economia do mundo, e com 36 milhões de menores carentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu Horário.

(Declina)

Encerrado o Horário do Expediente.

C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07, de 13.03.89, Mensagem).

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 251/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 251/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 65/89), que objetiva estabelecer o valor da remuneração dos Secretários de Estado, como limite máximo para remuneração de servidores civis e militares, ativos e inativos e de pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.

Pasaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 189/89, de autoria do Tribunal de Contas (Ofício n° 609/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 55/89, de autoria da Comissão Executiva, que altera os percentuais da gratificação de representação dos cargos em comissão deste Poder, conforme especifica.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/89 de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 24/89), que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de terreno que especifica, situadas no Município de Piraí do Sul, conforme transcrições n°s 1.118 e 848, Livro 3-A do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e

Comissão de Constituição e Justiça
Projeto de Lei n° 044/89.

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 24/89, objetiva autorizar o Executivo Estadual a doar ao Município de Piraí do Sul, duas áreas de terreno com transcrições de números 1.118 e 848, ambas do livro 3-A, do Registro de Imóveis daquela Comarca, para a utilização exclusiva em obras de interesse público, tais como a abertura de ruas e conexões, logradouros públicos e a construção de moradias, em convênio com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, especificado o compromisso de reversão automática ao domínio do Estado, caso tenham destinações adversas das mencionadas.

Configurado o domínio do Estado do Paraná sobre as áreas em tela, em consonância com os ditames do Art. 26 - IV - da Constituição Federal, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando os aspectos constitucionais e legais do presente projeto de lei, com fulcro no Art. 21 - VIII - C - da Constituição do Estado do Paraná, opina FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO, nada encontrando que possa regimentalmente impedir a tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAUL LOPES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Analisando o Projeto de Lei n° 044/89, do Poder Executivo Mensagem n° 24/89, que autoriza o Executivo Estadual a doar ao Município de Piraí do Sul, as áreas de terreno com transcrições de números 1.118 e 848, do Livro 3-A do Registro de Imóveis daquela Comarca, para utilização em obras de interesse público e de grande alcance social, somos favoráveis a sua aprovação.

Seguindo as normas constitucionais, o referido Projeto de Lei visa dar ao Município de Piraí do Sul, condições para aberturas de ruas, logradouros públicos e construções de casas populares em convênio com a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para atender as famílias daquele município.

Desta forma, OPINAMOS FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.89

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 76/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL CRISTO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. Publ. no D.A. 21, de 12.04.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 76/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana do Brasil "Cristo Redentor", de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que institui como reserva ecológica para efeito de criação de um parque florestal, área que especifica situada no Município de Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL apresentada pela autora, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 30, de 02.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 103/89

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, o presente plano de lei visa criar no Município de Londrina, o Parque Estadual Mata do Godoy, com área de 279,2156 alqueires, parte da denominada Fazenda Santa Helena.

Ao analisarmos o aspecto legal e constitucional da matéria, a encontramos plenamente apoiada na Constituição Federal, onde reza esta que todos têm direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Ao Poder Público e à Coletividade impõe-se constitucionalmente o dever de defender e preservar o meio ambiente às presentes e futuras gera-

ções.

Além do mais, no art. 225, § 1°, incisos I e III, da Magna Carta Federal, diz que para assegurar a efetividade do direito supracitado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades federativas, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, além de preservar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. Daí a importância deste projeto de lei, que trata de assegurar a preservação do ecossistema ali existente, proporcionando oportunidades controladas para o uso público, educação e estudos científicos.

Assim sendo, por não haver qualquer impedimento legal ou constitucional, somos pelo parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do referido projeto de lei, na forma da emenda substitutiva geral apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 103/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 103/89, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, que cria, no Município de Londrina, o Parque Estadual Mata do Godoy, é oportuno e justo no aspecto da ecologia e do meio ambiente, porque vem de encontro à preocupação da comunidade paranaense que busca a harmonização entre o desenvolvimento econômico e a preservação da natureza.

Por ser uma das últimas reservas florestais nativas do Paraná e fundamental para o equilíbrio ecológico e para a preservação de um "banco" genético do mais alto valor científico.

Por visar a preservação do ecossistema ali existente assegurando a manutenção de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para o uso público, educação e estudos científicos, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do referido projeto de lei, na forma da emenda substitutiva geral apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.89

(a) SABINO CAMPOS

Presidente e Relator.

PROJETO DE LEI N° 103/89
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica criado o "Parque Estadual Mata do Godoy", com área de 279.2156 alqueires, parte da denominada Fazenda Santa Helena, no Município e Comarca de Londrina, com o objetivo de preservar o

ecossistema ali existente, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para o uso público, educação e estudos científicos.

Parágrafo Único- O imóvel de que trata o presente artigo tem os seguintes limites e confrontações: iniciando em um marco de madeira, cravado na margem esquerda do Ribeirão dos Apertados, segue confrontando com terras de Arnaldo Alves de Camargo, no rumo SW 04°00' NE, medindo 1.360,00m., até um outro marco; deste ponto, confrontando com parte do lote n° 23, nos seguintes rumos e distâncias: SE 89°00' NW, atravessando a Rodovia, medindo 840,00m., até um outro marco; no rumo SW 04°15' NE, medindo 334,00m., NE 89°00' SW, medindo 382,00m., NW 00°45' SE, medindo 130,00m., NE 89°25' SW, medindo 290,00m., SW 01°10' NE, medindo 990,00m., NE 52°10' SW, medindo 490,00m., NE 73°30' SW medindo 360,00m., até um outro marco; deste ponto, confrontando com o lote n°19, nos seguintes rumos e distâncias: NE 85°10' SW, medindo 208,00m., NE 13°35' SW, medindo 905,00m., e rumo SE 78°00' NW medindo 1.549,00m., até um outro marco cravado na divisa da Fazenda Bulle, quinhão 34; deste ponto, confrontando com terras da referida Fazenda, rumo NW 06°00' SE, medindo 390,00m., até um outro marco; deste ponto, confrontando novamente com o lote n° 23, nos seguintes rumos e distâncias: NW 45°40' SE, medindo 330,00m., SW 27°00' NE, medindo 350,00m., NW 30°40' SE, medindo 120m., SW 77°28' NE medindo 230,00m., SW 41°28' NE, medindo 70,00m., NW 82°32' SE, medindo 90,00m., NE 25°00' SW, medindo 170,00m., NE 83°50' SW, medindo 125,00m., NE 06°58' SW, medindo 341,00m., e SW 65°20' NE, medindo 500,00m., até um outro marco cravado na margem esquerda de um córrego; deste ponto, descendo pela sua margem esquerda até onde o mesmo desagua no Ribeirão dos Apertados acima mencionado, até o ponto onde deu origem a esta descrição, tomado como ponto de partida.

Art. 2° - Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação o imóvel descrito no artigo anterior, na forma do art. 5°, inciso XXIV, da Constituição Federal, promulgada em 05.10.88, e art. 5°, alínea "K" do Decreto-Lei n° 3.365, de 26 de junho de 1941.

Art. 3° - Compete ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, a guarda e administração do Parque, bem como promover a conservação do regime hídrico, da flora, da fauna e da paisagem para o fim especial de atingir os objetivos do presente decreto.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo de 180 dias para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Mata do

Godoy a encargo do ITCF.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.09.89

(a) IRONDI PUGLIESI

Apoiamento:

Haroldo Rodrigues Ferreira.

Nereu Carlos Massignan.

Paulino José Delazeri.

Nelson Vasconcellos.

- O Projeto de Lei n° 103/89 já foi convertido em lei e está retirado da Ordem do Dia, para arquivamento.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 111/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 50/89), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel urbano constituído pela data n° 16, da quadra n° 22, com área de 480m., havido pelo Estado conforme matrícula 6.091, do livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publ.no D.A. 33, de 08.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 111/89.

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, mensagem governamental n° 50/89, objetiva autorizar o Executivo Estadual a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel urbano constituído pela data n° 16, da quadra n° 22, com área de 480m., havido pelo Estado, conforme matrícula R.01/6.091, do livro n° 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, para utilização exclusiva em obra de interesse público, como é a construção da sede da Escola do Trabalho da comunidade local, especificado o compromisso de reversão automática ao domínio do Estado, caso a área, objeto da doação, tenha destinação adversa da mencionada.

Configurado o domínio do Estado sobre a área em tela, com fulcro no Art. 21, VIII, C, da Constituição do Estado do Paraná, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando os aspectos constitucionais e legais do presente projeto de lei, opina FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO, nada encontrando que possa regimentalmente impedir a tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
PROJETO DE LEI N° 111/89.

P A R E C E R:

O plano de lei, ora em apreço, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem Governamental n° 50/89, objetiva autorizar o Estado do Paraná a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, um imóvel urbano com área de 480m., registrado sob matrícula R. 01/6.091, do livro n° 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquele Município.

Tendo a presente análise, o objeto meritório, destacamos a destinação da área a ser doada, especificamente, à construção da sede da Escola do Trabalho da Comunidade, iniciativa em todos os aspectos louvável, pelo atendimento do interesse público.

Assim sendo, esta douta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, fundamentada nos valores sociais do trabalho, na erradicação da pobreza e da incidência, na garantia ao desenvolvimento educacional, opina FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.08.89

(aa) ACIR MEZZADRI

Presidente

NAMIR PIACENTINI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 52/89), que autoriza o Poder Executivo doar à União, os bens imóveis desapropriados por força do Decreto Estadual n° 10.306, de 05 de março de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 39, de 22.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 121/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 121/89, objeto do presente exame, origina-se da Mensagem Governamental n° 52/89, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à União os bens imóveis desapropriados com base no Decreto n° 10.306, de 05 de março de 1987.

Consulta plenamente, o presente plano de lei aos superiores interesses públicos, pois os imóveis doados serão utilizados pela donatária na ampliação do Aeroporto Afonso Pena, obra que, pela sua importância, sem qualquer sombra de dúvida, configura-se de grande relevância, vindo de encontro aos anseios do povo paranaense.

Convencidos plenamente dos superiores

Curitiba, quinta, em 12.10.89

interesses do presente plano de lei, e não encontrando óbice algum tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, para sua perfeita tramitação e conseqüente aprovação por esta Augusta Casa de Leis, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

Sala das Comissões, em 20.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 121/89

P A R E C E R:

Analisando o Projeto de Lei n° 121/89, oriundo da Mensagem Governamental n° 52/89, que objetiva o Poder Executivo doar à União os bens imóveis desapropriados com base no Decreto n° 10.306/87, de 05 de março de 1987, e que se destinam à ampliação do Aeroporto Afonso Pena.

A obra de ampliação do Aeroporto Afonso Pena é, sem dúvida nenhuma, de grande relevância e vem ao encontro de antigos anseios da população paranaense, que o colocará ao lado dos grandes aeroportos nacionais e internacionais.

Observando plenamente os superiores interesses do presente projeto de lei e não encontrando impedimento algum, tanto de ordem legal como regimental ou constitucional para sua tramitação e conseqüente aprovação pelos nobres Pares que compõem este Poder Legislativo, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 123/89, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - PDU, com sede e foro na cidade de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 42, de 29.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 123/89

P A R E C E R:

RELATÓRIO

Tendo em vista que, o pedido foi instruído com os documentos exigidos pela legislação vigente, aplicável ao caso, da análise constitucional e legal nada encontramos que inviabilize a aprovação do presente projeto de lei.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à Aprovação.

Sala das Comissões, em 15.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 140/89, de autoria do Deputado JOAO ARRUDA, que denomina Prefeito Ivo Feiten, a PR-562, que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49, de 08.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 140/89

P A R E C E R:

Com o projeto em epígrafe, seu autor, Deputado João Arruda, objetiva denominar de Prefeito Ivo Feiten a PR.562, que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre.

Em sua justificativa, o nobre Deputado traça um perfil sobre o homenageado, que ocupou, na esfera administrativa estadual, a função de Coletor de Rendas Estadual na Agência do Município de São João.

Após sua aposentadoria, iniciou sua vida pública, elegendo-se prefeito daquela cidade, mantendo-se, após o término do seu mandato, nas atividades políticas, intervindo nas decisões de interesse do Município e da municipalidade.

Não vemos, portanto, a intenção meritória do ilustre Parlamentar, procurando prestar uma justa homenagem ao ex-prefeito daquele município, dando o nome ao trecho que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre, de Prefeito Ivo Feiten.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando pela Aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 18.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 140/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, visa denominar Prefeito Ivo Feiten a PR.562, que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, deu parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, concluiu que a presente proposição é realmente justa homenagem à pessoa do Sr. Ivo Feiten, já que este em muito contribuiu para o verdadeiro desenvolvimento dos referidos municípios.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.89.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente
JOSÉ FELINTO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 214/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que concede pensão mensal à viúva do vice-prefeito do Município de Terra Roxa, na gestão 82/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 74, de 22.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 214/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Sabino Campos, o presente plano de lei procura conceder a Sra. Regina Aparecida Zaupa Piva, viúva do ex-vice-Prefeito do Município de Terra Roxa, na gestão 82/88, Sr. Adolfo Piva, uma pensão mensal correspondente a dois (02) salários-mínimos de referência.

Trata-se, em verdade, de uma medida justa e altamente meritória, sobretudo, sob o aspecto humano, pois trará condições para que a viúva possa continuar na luta pela sobrevivência.

Nestas condições, esta Comissão se manifesta favoravelmente à aprovação do projeto, dada a inexistência de óbices legais que o prejudiquem.

O Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 214/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, tem como objetivo conceder a Sra. Regina Aparecida Zaupa Piva, viúva do ex-vice-Prefeito do Município de Terra Roxa, na gestão 82/88, Sr. Adolfo Piva, uma pensão mensal correspondente a dois (02) salários-mínimos de referência.

A douta Comissão de Constituição e Justiça ouviu por bem opinar favoravelmente à matéria.

Esta Comissão chamada a opinar, concluiu ser tal medida justa e oportuna, face a necessidade de propiciar melhores condições de vida à viúva do ex-vice-prefeito do Município de Terra Roxa.

Nestas condições, achamos por bem acaitar tal propositura, sendo, portanto, nosso parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 43/89, (Mensagem n° 51/89, ex-Proposição n° 37/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/89, (Mensagem n° 56/89, ex-Proposição n° 47/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio SEPLAN-PR n° 19/88, celebrado em 28.12.88, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnico e financeiro, para a realização dos projetos que especifica. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 47/89, (Mensagem n° 55/89, ex-Proposição n° 48/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o termo de acordo celebrado em 17.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e a SUDESUL, com a interveniência das Secretarias do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate à Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2079, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2082, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.

diente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2081, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2077, de autoria do Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2078, de autoria do Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2080, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Luiz Carlos Alborghetti, Lauro Lobo Alcantara e outros, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 207/89

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/89

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 44, 76, 103, 111, 121, 123, 140 e 214/89, e dos Projetos de Resolução n° 43, 46 e 47/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n° 41 e 58/89.

Levanta-se a sessão.